

GS Inima Industrial S.A.

CNPJ nº 31.406.860/0001-53

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
Ativo Circulante	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.023	148	25.145	40.754
Aplicações financeiras	6	394.512	252.410	438.605	423.373
Fundo restrito	7	-	-	2.093	688
Contas a receber	8	13	188	21.908	20.523
Estoque	9	-	-	-	-
Impostos a recuperar	14	4.025	3.042	9.404	5.896
Partes relacionadas	14	811	434	14	-
Dividendos a receber	14	10.338	12.493	-	-
Outros créditos	30	8	1.890	1.932	-
Total do ativo circulante		413.752	268.723	504.726	498.938

Passivo e Patrimônio Líquido Circulante					
Passivo e Patrimônio Líquido Circulante	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Debêntures privadas	12	-	-	35.321	29.515
Arrendamento mercantil	13	241	227	1.408	2.046
Fornecedores	13	139	101	10.905	11.927
Obrigações sociais	13	222	916	6.418	5.503
Obrigações tributárias	13	125	728	13.288	7.833
Partes relacionadas	14	722	642	18.771	9.503
Dividendos a pagar	14	6.375	-	10.236	-
Outras obrigações	50	-	-	453	800
Total do passivo circulante		10.174	2.614	96.798	70.127

Total do Passivo e Patrimônio Líquido Não Circulante					
Total do Passivo e Patrimônio Líquido Não Circulante	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Debêntures privadas	12	-	-	333.598	358.089
Ativos a pagar por aquisição	15	55.910	49.522	11.510	49.522
Arrendamento mercantil	13	591	832	9.972	9.900
Partes relacionadas	14	-	-	-	14.835
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.2	136.531	138.096	252.221	240.405
Provisão para ações judiciais	16	-	-	9.209	1.279
Total do passivo não circulante		193.021	188.450	680.910	664.689

Patrimônio Líquido					
Patrimônio Líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Capital social	17	909.360	909.360	909.360	909.360
Reserva legal	6.398	4.098	6.398	4.098	-
Reserva de contingências	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	2.742	2.935	2.742	2.935	-
Participação líquida atribuída aos controladores	918.500	918.501	918.500	918.501	-
Partes relacionadas	14	6.375	177.234	198.170	-
Total do patrimônio líquido		918.500	915.851	1.095.734	1.112.021

Total do Passivo e Patrimônio Líquido 1.121.706 1.106.915 1.853.442 1.846.817

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional – A GS Inima Industrial S.A. (“Companhia”) foi constituída em 17 de agosto de 2018, está localizada na cidade de São Paulo/SP e tem como objeto investir e operar projetos ambientais e prestar serviços com foco em Operações Urbanas – terciarização de Centrais de Utilidades e fornecimento de água industrial, através de suas controladas. A Companhia e suas controladas são parte integrante do Grupo GS Inima (“Grupo”). O Grupo reporta-se à sede mundial na Espanha, a GS Inima Environment S.A.U, que por sua vez é controlada pela GS Engineering & Construction Corporation, braço de engenharia do quinto maior conglomerado empresarial da Coreia do Sul, o Grupo GS, que atua no setor de óleo e gás, engenharia, energia elétrica e renovável, varejo, e-commerce, cinema, siderurgia e esportes. Abaixo apresentamos um breve histórico das empresas as quais a Companhia possui participação direta:

Controladas	Data de Data assinatura	Data de início	Objeto
GS Inima Industrial	29/01/2008	-	Projeto, construção e operação de plantas para tratamento de DBOT (Design, Build, Encomendado)
Jeceaba S.A. (“Jeceaba”)	-	-	- água, efluentes, resíduos e fornecimento de energia elétrica. Operate and Transfer) em aberto
Aquapolo Ambiental S.A. (“Aquapolo”)	08/10/2009	30/09/2009	Produção e venda de água industrial utilizáveis pelas empresas componentes do Polo Petroquímico de Triunfo, tais como: água clarificada, água desmineralizada, água potável e disponível A/O (Acquisition, Operation and Owner) 44 anos
GS Inima Industrial Triunfo S.A. (“Triunfo”)	09/03/2010	31/12/2013	- água de incêndio para essas mesmas empresas

2.1. Base de elaboração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as informações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são elaboradas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justo no final de cada exercício. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. A Administração do Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica CPC nº 23 – Políticas Contábeis, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração do Grupo em sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela Administração para emissão em 30 de março de 2023. **2.2. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2022. A Companhia possui participação acionária direta em suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: • Tem poder sobre a investida; • Está exposta, ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais dos três elementos de controle relacionados anteriormente. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício não são incluídas no resultado da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis às práticas contábeis do Grupo. As mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle são registradas como transação de capital. O valor contábil das participações do Grupo e das participações minoritárias é ajustado para refletir mudanças nas suas participações em suas respectivas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações minoritárias são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia. Quando o Grupo perde o controle de uma controlada, o grupo a perda da alienação reconhecido no resultado é calculado pela diferença entre: i) a soma do valor justo da contraprestação recebida e do valor justo da participação residual; e ii) o valor contábil anterior dos ativos (incluindo ágio), deduzido dos passivos e contraprestação de capital. O valor justo de quaisquer investimentos em controladas é determinado pelo valor justo de cada ativo reconhecido pelo valor justo na data em que o controle deixa de existir. Empresas controladas

Empresas	Estado	Quantidade de ações	Participação (%)	2022	2021	Participação (%)
Jeceaba S.A. (“Jeceaba”)	Minas Gerais	118.815,410	84,50%	84,50%	-	-
Aquapolo Ambiental S.A. (“Aquapolo”)	São Paulo	21.633.713	51,00%	51,00%	-	-
GS Inima Industrial Triunfo S.A. (“Triunfo”)	Rio Grande do Sul	114.224.101	100,00%	100,00%	-	-

Eliminações: Todas as transações, saldos, receitas, despesas e fluxos de caixa entre as empresas do Grupo são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas. Transações com participações em controladas: As participações em controladas são avaliadas e identificadas separadamente da participação do Grupo nessas controladas. Essas participações minoritárias correspondem a participações acionárias ativas e que conferem aos seus titulares direito a uma parcela proporcional dos ativos da entidade. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação. O Grupo trata as participações com participações minoritárias (de não controladores) como transações com proprietários de ativos, a diferença e de suas controladas. Para as compras de participações de não controlados, a diferença entre o custo de aquisição e o valor contábil anterior dos ativos (incluindo ágio), deduzido dos passivos e contraprestação de capital, é registrado diretamente no patrimônio líquido, na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. **2.3. Combinação de negócios:** As aquisições de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justo dos ativos transferidos pelo Grupo, menos o custo de aquisição, dos passivos incorridos pelo Grupo com relação aos ativos controladores da entidade adquirida e das participações emitidas pelo Grupo em troca do controle da entidade adquirida. Custos diretos atribuíveis à aquisição são contabilizados no resultado, quando incorridos. Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da entidade, de derivativos emitidos existentes em contratos hospedados na entidade. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo serão reconhecidas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado com o excesso da soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da aquisição da entidade, menos o custo de aquisição e o valor justo do ativo líquido das partes envolvidas na aquisição. O valor justo das partes envolvidas na aquisição é determinado pelo valor justo das partes envolvidas na aquisição. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pela sinergia da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirente ser atribuídos a estas unidades. **2.4. Classificação corrente versus não corrente:** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado como circulante se o Grupo espera que seja realizado, ou transferido, em sua vida operacional ou consumido no curso normal do ciclo operacional do Grupo. Está mantido, essencialmente, com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa), a menos que o Grupo não use para liquidação de passivos se encontrar vedada durante, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Com exceção dos casos acima, todos os demais ativos são classificados como não circulantes, exceto quando classificados como não circulantes. **2.5. Mensuração do valor justo:** O Grupo mensura instrumentos financeiros e ativos não circulantes do valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e ii) na ausência de mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, sendo que o mercado principal é aquele que oferece o maior benefício ao Grupo. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizarão ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo financeiro em um contrato que o participante do mercado que o ativo financeiro não utilizará o ativo em seu melhor uso. O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativamente mensurável. Um ativo é classificado no nível mais baixo que seja significativamente mensurável. Um ativo é classificado no nível mais alto que seja mensurável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pela sinergia da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirente ser atribuídos a estas unidades. **2.6. Classificação corrente versus não corrente:** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado como circulante se o Grupo espera que seja realizado, ou transferido, em sua vida operacional ou consumido no curso normal do ciclo operacional do Grupo. Está mantido, essencialmente, com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa), a menos que o Grupo não use para liquidação de passivos se encontrar vedada durante, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Com exceção dos casos acima, todos os demais ativos são classificados como não circulantes, exceto quando classificados como não circulantes. **2.5. Mensuração do valor justo:** O Grupo mensura instrumentos financeiros e ativos não circulantes do valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e ii) na ausência de mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, sendo que o mercado principal é aquele que oferece o maior benefício ao Grupo. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizarão ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo financeiro em um contrato que o participante do mercado que o ativo financeiro não utilizará o ativo em seu melhor uso. O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativamente mensurável. Um ativo é classificado no nível mais baixo que seja significativamente mensurável. Um ativo é classificado no nível mais alto que seja mensurável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pela sinergia da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirente ser atribuídos a estas unidades. **2.6. Classificação corrente versus não corrente:** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado como circulante se o Grupo espera que seja realizado, ou transferido, em sua vida operacional ou consumido no curso normal do ciclo operacional do Grupo. Está mantido, essencialmente, com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa), a menos que o Grupo não use para liquidação de passivos se encontrar vedada durante, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Com exceção dos casos acima, todos os demais ativos são classificados como não circulantes, exceto quando classificados como não circulantes. **2.5. Mensuração do valor justo:** O Grupo mensura instrumentos financeiros e ativos não circulantes do valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e ii) na ausência de mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, sendo que o mercado principal é aquele que oferece o maior benefício ao Grupo. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizarão ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo financeiro em um contrato que o participante do mercado que o ativo financeiro não utilizará o ativo em seu melhor uso. O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativamente mensurável. Um ativo é classificado no nível mais baixo que seja significativamente mensurável. Um ativo é classificado no nível mais alto que seja mensurável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pela sinergia da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirente ser atribuídos a estas unidades. **2.6. Classificação corrente versus não corrente:** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado como circulante se o Grupo espera que seja realizado, ou transferido, em sua vida operacional ou consumido no curso normal do ciclo operacional do Grupo. Está mantido, essencialmente, com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa), a menos que o Grupo não use para liquidação de passivos se encontrar vedada durante, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Com exceção dos casos acima, todos os demais ativos são classificados como não circulantes, exceto quando classificados como não circulantes. **2.5. Mensuração do valor justo:** O Grupo mensura instrumentos financeiros e ativos não circulantes do valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e ii) na ausência de mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, sendo que o mercado principal é aquele que oferece o maior benefício ao Grupo. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizarão ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo financeiro em um contrato que o participante do mercado que o ativo financeiro não utilizará o ativo em seu melhor uso. O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativamente mensurável. Um ativo é classificado no nível mais baixo que seja significativamente mensurável. Um ativo é classificado no nível mais alto que seja mensurável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pela sinergia da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirente ser atribuídos a estas unidades. **2.6. Classificação corrente versus não corrente:** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado como circulante se o Grupo espera que seja realizado, ou transferido, em sua vida operacional ou consumido no curso normal do ciclo operacional do Grupo. Está mantido, essencialmente, com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa), a menos que o Grupo não use para liquidação de passivos se encontrar vedada durante, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Com exceção dos casos acima, todos os demais ativos são classificados como não circulantes, exceto quando classificados como não circulantes. **2.5. Mensuração do valor justo:** O Grupo mensura instrumentos financeiros e ativos não circulantes do valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e ii) na ausência de mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, sendo que o mercado principal é aquele que oferece o maior benefício ao Grupo. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizarão ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo financeiro em um contrato que o participante do mercado que o ativo financeiro não utilizará o ativo em seu melhor uso. O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativamente mensurável. Um ativo é classificado no nível mais baixo que seja significativamente mensurável. Um ativo é classificado no nível mais alto que seja mensurável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pela sinergia da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirente ser atribuídos a estas unidades. **2.6. Classificação corrente versus não corrente:** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado como circulante se o Grupo espera que seja realizado, ou transferido, em sua vida operacional ou consumido no curso normal do ciclo operacional do Grupo. Está mantido, essencialmente, com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa), a menos que o Grupo não use para liquidação de passivos se encontrar vedada durante, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Com exceção dos casos acima, todos os demais ativos são classificados como não circulantes, exceto quando classificados como não circulantes. **2.5. Mensuração do valor justo:** O Grupo mensura instrumentos financeiros e ativos não circulantes do valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e ii) na ausência de mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, sendo que o mercado principal é aquele que oferece o maior benefício ao Grupo. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizarão ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo financeiro em um contrato que o participante do mercado que o ativo financeiro não utilizará o ativo em seu melhor uso. O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativamente mensurável. Um ativo é classificado no nível mais baixo que seja significativamente mensurável. Um ativo é classificado no nível mais alto que seja mensurável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pela sinergia da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirente ser atribuídos a estas unidades. **2.6. Classificação corrente versus não corrente:** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado como circulante se o Grupo espera que seja realizado, ou transferido, em sua vida operacional ou consumido no curso normal do ciclo operacional do Grupo. Está mantido, essencialmente, com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa), a menos que o Grupo não use para liquidação de passivos se encontrar vedada durante, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Com exceção dos casos acima, todos os demais ativos são classificados como não circulantes, exceto quando classificados como não circulantes. **2.5. Mensuração do valor justo:** O Grupo mensura instrumentos financeiros e ativos não circulantes do valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e ii) na ausência de mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, sendo que o mercado principal é aquele que oferece o maior benefício ao Grupo. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizarão ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo financeiro em um contrato que o participante do mercado que o ativo financeiro não utilizará o ativo em seu melhor uso. O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativamente mensurável. Um ativo é classificado no nível mais baixo que seja significativamente mensurável. Um ativo é classificado no nível mais alto que seja mensurável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pela sinergia da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirente ser atribuídos a estas unidades. **2.6. Classificação corrente versus não corrente:** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado como circulante se o Grupo espera que seja realizado, ou transferido, em sua vida operacional ou consumido no curso normal do ciclo operacional do Grupo. Está mantido, essencialmente, com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa), a menos que o Grupo não use para liquidação de passivos se encontrar vedada durante, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Com exceção dos casos acima, todos os demais ativos são classificados como não circulantes, exceto quando classificados como não circulantes. **2.5. Mensuração do valor justo:** O Grupo mensura instrumentos financeiros e ativos não circulantes do valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e ii) na ausência de mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, sendo que o mercado principal é aquele que oferece o maior benefício ao Grupo. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizarão ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo financeiro em um contrato que o participante do mercado que o ativo financeiro não utilizará o ativo em seu melhor uso. O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativamente mensurável. Um ativo é classificado no nível mais baixo que seja significativamente mensurável. Um ativo é classificado no nível mais alto que seja mensurável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pela sinergia da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirente ser atribuídos a estas unidades. **2.6. Classificação corrente versus não corrente:** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado como circulante se o Grupo espera que seja realizado, ou transferido, em sua vida operacional ou consumido no curso normal do ciclo operacional do Grupo. Está mantido, essencialmente, com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa), a menos que o Grupo não use para liquidação de passivos se encontrar vedada durante, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Com exceção dos casos acima, todos os demais ativos são classificados como não circulantes, exceto quando classificados como não circulantes. **2.5. Mensuração do valor justo:** O Grupo mensura instrumentos financeiros e ativos não circulantes do valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e ii) na ausência de mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, sendo que o mercado principal é aquele que oferece o maior benefício ao Grupo. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizarão ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo financeiro em um contrato que o participante do mercado que o ativo financeiro não utilizará o ativo em seu melhor uso. O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativamente mensurável. Um ativo é classificado no nível mais baixo que seja significativamente mensurável. Um ativo é classificado no nível mais alto que seja mensurável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pela sinergia da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirente ser atribuídos a estas unidades. **2.6. Classificação corrente versus não corrente:** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado como circulante se o Grupo espera que seja realizado, ou transferido, em sua vida operacional ou consumido no curso normal do ciclo operacional do Grupo. Está mantido, essencialmente, com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa), a menos que o Grupo não use para liquidação de passivos se encontrar vedada durante, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Com exceção dos casos acima, todos os demais ativos são classificados como não circulantes, exceto quando classificados como não circulantes. **2.5. Mensuração do valor justo:** O Grupo mensura instrumentos financeiros e ativos não circulantes do valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e ii) na ausência de mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, sendo que o mercado principal é aquele que oferece o maior benefício ao Grupo. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizarão ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo financeiro em um contrato que o participante do mercado que o ativo financeiro não utilizar

... continuação

aumento na quantidade de processos trabalhistas. Adicionalmente, conforme a avaliação dos advogados da controladora, houve mudança na expectativa de alguns processos, que passaram de passível para provável de perda.

17. Patrimônio líquido – 17.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social da Companhia é de R\$ 909.360 e está representado por 909.360 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e assim distribuído:

	2022 e 2021		
	Capital social	Quantidade de ações	% de participação
GS Inima Brasil Ltda.	909.360	909.360.000	100
	909.360	909.360.000	100

17.2. Reserva legal: A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto social, na base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital social acrescido das reservas. Em 31 de dezembro de 2022, foi constituído complemento de reserva legal no montante de R\$ 2.299 (R\$ 2.824 em 31 de dezembro de 2021). **17.3. Reserva de lucros retidos e lucros acumulados:** O saldo de lucros acumulados é alocado aos lucros retidos, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral Ordinária (AGO) e/ou extraordinária (AGE). **17.4. Dividendos e JSCP:** O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos, atendendo ao percentual mínimo e obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações. Em 21 de dezembro de 2021, a acionista da Companhia aprovou a distribuição de dividendos e de JSCP nos montantes de R\$ 51.787 e R\$ 2.781, que foram pagos em 23 de dezembro de 2021, e foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2021. Em 30 de novembro de 2022, através de AGE, a acionista da Companhia aprovou a distribuição de dividendos, no montante total de R\$ 32.596, sendo R\$ 2.393 com base em resultado de exercícios anteriores e R\$ 30.203 com base no resultado apurado no exercício corrente. Adicionalmente, foi aprovada a distribuição de JSCP no montante de R\$ 10.745. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foram pagos, pela Companhia, os montantes de R\$ 36.966 e R\$ 54.703, à título de dividendos e JSCP (R\$ 58.335 e R\$ 112.440, respectivamente, pagos pela Companhia e suas controladas).

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
18. Receita líquida				
Receita bruta	-	-	293.195	260.661
Água de reúso	-	-	-	142.148
Tratamento de esgoto	-	-	-	59.354
Gerenciamento de resíduos	-	-	-	(46.579)
Ativo financeiro	-	-	-	750
Serviços de construção	-	-	-	844
Prestação de serviços	143	200	741	744
	143	200	293.936	417.178

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Deduções da receita				
ICMS	-	-	(26.601)	(23.670)
PIS	(3)	(3)	(4.412)	(6.589)
COFINS	(11)	(15)	(20.317)	(30.352)
ISS	(7)	(10)	(37)	(5.751)
	(21)	(28)	(51.367)	(66.362)
Receita líquida	122	172	242.569	350.816

Conforme documentado na nota explicativa nº 1, o Grupo descontinuou as operações da controlada Jeceaba, motivo pelo qual houve a diminuição significativa nas receitas.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
19. Custos e despesas por natureza				
Custos dos serviços prestados				
Materiais	-	-	(29.175)	(33.224)
Serviços de terceiros	-	-	(13.243)	(22.961)
Energia elétrica	-	-	(10.959)	(11.386)
Pessoal	-	-	(15.644)	(36.385)
Depreciação	-	-	(18.344)	(19.490)
Amortização	-	-	(352)	(337)
Aluguéis	-	-	(2.398)	(4.286)
Seguros	-	-	(1.865)	(1.784)
Obras civis	-	-	-	(675)
Publicidade e propaganda	-	-	-	(17)
Outros custos da operação	-	-	1.254	1.874
Total dos custos	-	-	(90.743)	(128.654)

Aos Administradores e aos Acionistas da **GS Inima Industrial S.A.** – São Paulo-SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GS Inima Industrial S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de

Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Materiais	(34)	(22)	(218)	(173)
Serviços de terceiros	(2.786)	(940)	(16.721)	(18.885)
Energia elétrica	(14)	(9)	(14)	(9)
Pessoal	(1.775)	(569)	(7.360)	(10.685)
Depreciação	(145)	(60)	(3.289)	(547)
Amortização	(17.141)	(31.763)	(23.231)	(56.519)
Aluguéis	(618)	(283)	(844)	(617)
Seguros	(25)	(6)	(337)	(8)
Publicidade e propaganda	-	-	(90)	(184)
PECLD	-	-	(66)	-
Provisão para ações judiciais	-	40	(7.930)	157
Baixa da mais-valia	-	(144.133)	-	(144.133)
Outras despesas operacionais	(688)	(201)	(7.904)	(16.005)
Total das despesas gerais e administrativas	(23.226)	(177.946)	(68.004)	(247.608)

Conforme documentado na nota explicativa nº 1, o Grupo descontinuou as operações da controlada Jeceaba e houve a baixa da mais-valia, necessária para o processo de vendas dos ativos da Jeceaba, motivo pelo qual houve a diminuição significativa nos custos e despesas.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Outras receitas e despesas				
Outras receitas operacionais	-	-	388	494.260
PIS e COFINS sobre outras receitas	-	-	(25)	(45.743)
Outras despesas operacionais	-	-	(1)	(291.378)
Total das receitas e despesas operacionais, líquidas	-	-	362	157.139

As outras receitas e despesas operacionais referem-se à venda do ativo financeiro da controlada Jeceaba. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 15 de setembro de 2021, a VSB efetuou o pagamento referente à compra dos ativos de arrendamento da Jeceaba, com a consequente extinção do contrato.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
20. Resultado financeiro				
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	32.236	3.591	58.511	15.014
Juros sobre títulos recebidos	-	-	17	16
Juros sobre mútuo	1.490	672	1.490	672
Variação monetária e cambial	306	150	558	217
Ajuste a valor presente das contas a pagar por aquisição	4.863	166	4.863	166
PIS e COFINS sobre receita financeira	(1.579)	(464)	(2.815)	(998)
Total das receitas financeiras	37.316	4.115	62.612	51.087

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas financeiras				
Juros sobre debêntures	-	-	(44.229)	(31.620)
Atualização monetária das contas a pagar por aquisição	(8.784)	(1.483)	(8.784)	(1.483)
Ajuste a valor presente das contas a pagar por aquisição	(2.467)	-	(2.467)	-
Juros sobre mútuo	-	-	(2.048)	(1.620)
Variação monetária e cambial	(53)	(82)	(59)	(110)
Juros sobre títulos pagos	(6)	-	(17)	(37)
Outras despesas financeiras	(12)	(8)	(1.231)	(1.634)
Total das despesas financeiras	(11.322)	(1.573)	(58.835)	(36.504)
Resultado financeiro, líquido	25.994	2.542	3.779	(21.417)

21. Imposto de renda e contribuição social – 21.1. Reconciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social: O lucro líquido do Grupo antes dos efeitos tributários difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto de renda e contribuição social nominal, aplicável aos lucros das empresas combinadas, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro antes dos impostos	46.061	48.638	87.973	110.276
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a

GS Inima Industrial S.A.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(15.661)	(16.537)	(29.911)	(37.494)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	14.678	76.116	-	-
IR e CS diferidos não reconhecidos (i)	-	(52.479)	-	(42.198)
IR e CS diferidos não reconhecidos sobre prejuízo fiscal (ii)	(8.824)	(9.544)	(8.824)	(9.544)
IR e CS diferidos reconhecidos (i)	-	-	-	61.392
JSCP	-	-	3.653	1.122
Diferenças permanentes	9.736	10.281	(672)	(15.750)
	(71)	7.837	(35.754)	(42.472)

(i) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 15 de setembro de 2021, a VSB efetuou o pagamento do montante referente à operação de compra dos ativos de arrendamento da controlada Jeceaba, com a consequente extinção do contrato. Por conta dessa operação, foi revertido o valor de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias do contrato de arrendamento, e na controladora devido à baixa da mais-valia foi revertido o valor com efeito entre ativo e passivo. (ii) Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia possuía prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social nos montantes de R\$ 25.952 e R\$ 28.071, respectivamente. Sobre esses valores não foram reconhecidos tributos diferidos ativos em função de sua característica de holding, sem lucro tributário. **21.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos:**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativo fiscal diferido	322	191	43.577	51.491
Passivo fiscal diferido	(136.853)	(138.287)	(293.247)	(290.925)
Impostos diferidos, líquidos	(136.531)	(138.096)	(249.670)	(239.435)

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Conforme o estudo técnico, os lucros tributáveis futuros permitem a recuperação do ativo fiscal diferido e liquidação do passivo fiscal diferido existentes. A estimativa de realização do ativo fiscal diferido é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
2023	-	-	322	12.342
2024	-	-	-	9.384
2025	-	-	-	4.482
2026	-	-	-	5.156
A partir de 2027	-	-	-	12.213
			322	43.577

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
A estimativa de liquidação do passivo fiscal diferido é como segue:				
2023	4.396	9.123		
2024	4.396	9.123		
2025	4.395	9.122		
2026	3.971	8.698		
2027	3.971	69.908		
A partir de 2037	-	-	115.724	187.273
			136.853	293.247

Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, essas serão revisadas durante os respectivos exercícios. Os referidos créditos são passíveis de compensações com

lucros tributáveis futuros do Grupo, sem prazo de prescrição. A movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos é como segue:

	Controladora		Controladora	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldo em 1º de janeiro	191	(138.287)	143	(195.886)
Baixa da mais-valia	-	-	-	49.004
Reconhecimento na demonstração do resultado	131	1.434	48	8.595
	322	(136.853)	191	(138.287)
	Consolidado		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	51.491	(290.925)	63.360	(430.302)
Baixa da mais-valia	-	-	-	69.851
Reconhecimento na demonstração do resultado	(7.914)	(2.321)	(11.869)	69.526
	43.577	(293.247)	51.491	(290.925)

Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos para os prejuízos fiscais e diferenças temporárias, na proporção da probabilidade de realização dos respectivos benefícios fiscais por meio do lucro tributável futuro. Esses prejuízos, embora não reconhecidos, não possuem data de expiração, conforme legislação corrente.

22. Demonstrações dos fluxos de caixa – A seguir demonstramos as transações que não afetaram o caixa em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Novos contratos de arrendamento	-	-	1.114	1.239
Dividendos propostos e não pagos	6.375	-	10.236	-
	6.375	1.114	20.608	1.239

23. Cobertura de seguros – O Grupo, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução e cumprimento do contrato de construção e das demais funções operacionais. Adicionalmente, o Grupo mantém coberturas de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "todos os riscos" para os danos materiais, cobrindo perdas, destruição ou danos dos bens que integram o contrato, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: risco de construção, projetista, maquinário e equipamento de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas. Os seguros contratados abrangem as seguintes modalidades: risco de engenharia, riscos patrimoniais, riscos ambientais, responsabilidade civil e garantia de obrigações contratuais. Em 31 de dezembro de 2022, as coberturas de seguro são resumidas como segue:

Tipo de cobertura	Importâncias seguradas		
	GS Industrial	Aquapolo	Triunfo
Veículos	-	100% Tabela FIPE	-
Responsabilidade civil	-	130.000	130.000
Riscos ambientais	-	30.000	30.000
Riscos operacionais	-	400.000	400.000
Garantia de contrato	-	378	-
Seguro fiança	230	-	-

24. Eventos subsequentes – Em decisão tomada no dia 8 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. O Grupo não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Diretoria	
Paulo Roberto de Oliveira – Diretor Presidente	
Fernando Schlieper – Diretor Financeiro	
Rodrigo Basso – Contador CRC 1SP 266.229/O-8	

evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível